



UNIVERSIDADE GAMA FILHO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Fabrcio Diniz Pinto

A formaço social da crianca: famlia, escola e religio

Campinas-SP

2009

Fabrcio Diniz Pinto

A formação social da criança: família, escola e religião

Monografia Apresentada  Universidade Gama Filho como requisito parcial para
obteno do título de especialista em Psicopedagogia Institucional

Orientador: prof. Msc.Odna Quartieri Ferreira Pinheiro

Campinas-SP

2009

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Fabrcio Diniz Pinto

A formaço social da crianca: famlia, escola e religio

Esta monografia ser4 examinada e aprovada para a obteno do t4tulo de
Especializao em Psicopedagogia Institucional no Programa de P4s-Graduao da
Universidade Gama Filho

Orientadora

Examinador

Examinador

Campinas-SP

2009

“O comportamento só pode ser entendido
como a história do comportamento.” P.P.

Blonsky

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um breve ensaio sobre as características do desenvolvimento da criança e suas principais teorias. Com base nessas teorias desenvolvimentistas, buscar-se-á entender a influência e o impacto de três instituições sociais que de modo direto ou indireto contribuem para a formação social e constituição deste indivíduo em desenvolvimento, são elas: a família, a escola e a religião. Estas três instituições são apresentadas de maneira sucinta em suas constituições, origem, principais características históricas e como se apresentam na atualidade. Ao término, se propõe fazer as relações e identificações destas instituições e seu impacto no desenvolvimento e na formação social do sujeito.

Palavras chaves: desenvolvimento, formação social, concepção do sujeito, cultura, família, escola e religião.

Sumário

Resumo.....	4
Introdução.....	6
Capítulo I – O Desenvolvimento Humano	8
Capítulo II – A Escola.....	19
Capítulo III – A Família.....	23
Capítulo IV – A Religião	26
Considerações finais	28
Referências	31

Introdução

Para se obter um entendimento mínimo de um sujeito que apresenta algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou comportamental se faz necessário conhecer sua história de vida desde seu passado, presente e como ele se percebe em seu futuro.

Neste sentido, é imprescindível analisar a história vivida e construída pelo sujeito e para o sujeito em seus núcleos sociais mais primários, partindo do micro ao macro social. Ao pensarmos no micro social, a relação mais primária que se identifica e que permitirá a sobrevivência da criança em seus primeiros anos de vida será a de sua família, seja essa uma família natural ou simplesmente aqueles que possibilitaram sua sobrevivência em seus estágios iniciais de vida. Já em uma perspectiva macro-social, será necessário o entendimento mínimo da presente *Era* de maneira global em todas as suas variáveis políticas, econômicas, sociais, histórica, científica e sistêmica e suas influências nos demais subgrupos sociais e, conseqüentemente, no sujeito singular.

Os grupos sociais que farão parte de toda a vida de um sujeito, desde seu nascimento podem ser inúmeros e diferenciados variando de sujeito para sujeito, no entanto, há alguns grupos que são quase que “universais” e que exercerão forte influência na constituição desse sujeito nos presentes dias, são eles a *família*, a *escola* e a *religião*.

Entender a essência e os princípios que regem e atuam nesses conjuntos sociais poderá ser como decifrar o “*enigma da esfinge*”¹, pois permitirá compreender algumas das concepções, crenças e valores sociais que são (im)postos ao sujeito e a maneira como este sujeito percebe e se relaciona com esses valores sociais e as conseqüências psicológicas e comportamentais desses valores adotados por ele.

O objetivo geral da presente dissertação é compreender a influência da família, da escola e da religião no desenvolvimento da criança.

¹ Decifra-me ou devoro-te

Fazer uma investigação científica com os temas de “*desenvolvimento humano*”, análise do “*papel social da família*”, “*da escola*” e “*da religião*” não é uma tarefa fácil e simples. Cada um desses assuntos poderia ser explorado isoladamente e estudado em seus diversos aspectos, ramificações e variações de modo praticamente infinito. Portanto, os objetivos específicos do presente trabalho orientarão as direções e os assuntos a serem analisados apenas como ponto de partida para uma possível reflexão mais profunda.

Como objetivos específicos, pretende-se conceituar as características do desenvolvimento humano conforme algumas teorias apontadas nas abordagens construtivistas, cognitiva, interacionista e social; explicar o desenvolvimento histórico da família, da escola e da religião e relacioná-los com o desenvolvimento da criança.

Capítulo I – O Desenvolvimento Humano

“A renúncia progressiva dos instintos parece ser um dos fundamentos do desenvolvimento da civilização humana.” Sigmund Freud

A Psicologia do Desenvolvimento é uma área da Psicologia que estuda o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social. Ela constitui em um estudo sistemático da personalidade humana desde a formação do indivíduo no ato da fecundação até seu mais completo grau de maturidade e estabilidade.

Sendo assim, o desenvolvimento humano refere-se ao desenvolvimento mental e orgânico do indivíduo ao longo de sua vida. O desenvolvimento mental é uma construção gradativa caracterizada pelo aparecimento de novas estruturas mentais que vão se aperfeiçoando e solidificando até que elas sejam caracterizadas por um estado de equilíbrio superior nos aspectos intelectuais, emocionais e sociais.

O desenvolvimento humano é determinado pela interação de vários fatores, dentre eles, há dois dos quais eles se ramificam. Historicamente, os filósofos têm buscado responder questões humanas relacionadas a princípios da vida e do desenvolvimento humano. Há alguns séculos atrás, dois filósofos afirmaram essas duas posições radicais e com direcionamentos distintos sobre o desenvolvimento e a aprendizagem humana.

John Locke (1690) acreditava que a mente de um bebê ao nascer era com uma tela em branco que começava a ser desenhada a partir das experiências que o bebê viesse adquirir ao longo de sua vida.

Já para Jean Jacques Rousseau (1762), a criança já nasce com um senso moral inato. Para ele, se a criança fosse deixada a desenvolver naturalmente, explorando o mundo de seu próprio modo, ela se tornaria um adulto totalmente moral e sábio.

Essa discussão levantada por esses autores revela a importância desses dois aspectos básicos a serem observados por aqueles que buscam uma melhor compreensão sobre o fenômeno do desenvolvimento e da aprendizagem humana: as *influências*

internas que são os traços hereditários e as pré-disposições inatas que do sujeito já possui ao nascer e; as *influências externas* que são os aspectos empíricos que o sujeito vai desenvolvendo ao longo da vida em sua relação com o ambiente ao seu redor. Esses fatores indissociados e em permanente interação afetam todos os aspectos do desenvolvimento humano.

Acerca das *influências internas*, pode-se observar os seguintes aspectos:

1) **Hereditariedade.** É a carga genética herdada pelo indivíduo de seus pais e ancestrais. São os potenciais e pré-disposições genéticas que o indivíduo possui na composição de sua estrutura física e orgânica.

2) **Maturação física e neurofisiológica.** A maturação física e neurofisiológica é a capacidade da criança de aprender em determinados períodos de seu desenvolvimento físico-motor e neurofisiológico. A maturação física refere-se ao desenvolvimento e crescimento físico propriamente dito em seu aspecto quantitativo (crescimento) e em seu aspecto qualitativo (domínio da nova condição física). Com o desenvolvimento das habilidades físico-motoras e a estabilização do esqueleto, o indivíduo vai exercendo um maior controle de si e do mundo que antes não existiam. É somente com determinada maturação neurofisiológica que certas aprendizagens serão possíveis às crianças de acordo com o seu estágio de desenvolvimento.

Acerca das *influências externas*, pode-se observar a importância do **Meio**. Será o meio no qual o indivíduo está inserido que exercerá um conjunto de influências e estimulações ambientais que alterarão os padrões de comportamento deste indivíduo. Ou seja, as condições do meio é que possibilitarão ou não o desenvolvimento de potenciais pré-existentes nos indivíduos, conforme sua carga genética.

Para melhor aprofundar este tema e conhecer o modo como a criança em desenvolvimento pode potencializar o seu aprender, levando em conta os aspectos internos, externos e demais variáveis presentes, torna-se necessário recorrer a dois estudiosos bem conhecidos nessa área: Piaget e Vigotski.

Contribuições de Jean Piaget

Jean Piaget nasceu na Suíça em agosto de 1896 e faleceu em 1980. Desde garoto se interessou pelas pesquisas voltadas às ciências e à natureza. Com dez anos de idade escreveu seu primeiro artigo científico que derivou de observações feitas de uma andorinha albina e, desde então, nunca mais parou de pesquisar e articular seus conhecimentos e descobertas na área acadêmica. Formou-se como biólogo e concluiu seu doutorado com apenas vinte e cinco anos de idade.

Piaget é considerado por muitos estudiosos como um “Einstein” da Psicologia pelos seus intensos estudos, pesquisas e descobertas acerca dos aspectos desenvolvimentais humano. Sua epistemologia genética buscou investigar a gênese das estruturas lógicas fundamentais e a elaboração das categorias de pensamento. Ou seja, Piaget procurou entender como o pensamento lógico é construído ao longo do desenvolvimento humano e quais as categorias de pensamentos que emergem a partir dessas conquistas da realidade pelo sujeito.

Para que isso ocorra, Piaget (2007, p.8) chama a atenção para a importância de pressupostos como a mediação e a interação:

De um lado, o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos (do ponto de vista do sujeito) que se lhe impõem: resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre sujeito e objeto, e que dependem, portanto, dos dois ao mesmo tempo (...) o problema inicial do conhecimento será, portanto, o de construir tais mediadores: partindo da zona de contato entre o próprio corpo e as coisas, eles progredirão então, cada vez mais, nas duas direções complementares do exterior e do interior, e é dessa dupla construção progressiva que depende a elaboração solidária do sujeito e dos objetos.

O interesse de Piaget estava em conhecer como se dava a origem do conhecimento, compreendendo como o sujeito se apropria de suas estruturas lógicas mentais. Dessa forma, sua investigação retorna à construção dos processos mentais infantis, desde o início da vida.

Segundo Bee (1984, p.189) das pesquisas de Piaget, surgiram um conjunto de pressupostos a respeito do desenvolvimento do pensamento. São eles:

1 – Estratégias inatas. As crianças nascem com estratégias para interagir com o ambiente, o recém nascido normal pode ouvir, tocar, sugar e agarrar e o uso que fazem dessas capacidades parece seguir algumas regras básicas, já que o bebê explora o mundo ao seu redor de um modo particular.

2 – Mudanças nas estratégias. Essas estratégias citadas acima mudam gradualmente em função da relação da criança com o meio. O bebê vai aprimorando seus movimentos e a manipulação de objetos. Conforme ele cresce, suas experiências se ampliam e suas capacidades e a especificidade de suas capacidades ampliam notadamente.

3 – Exploração Voluntária. No início, muitas reações das crianças são involuntárias e automáticas, mas já nos primeiros meses ela começa a explorar e examinar com propósito e direção, indo à conquista de novas experiências, a vida passa a ser uma constante descoberta e o mundo um lugar a ser explorado e conhecido.

4 – Sequências. Muitas dessas descobertas que a criança vai tendo vão acontecendo em uma sequência específica, como a necessidade da criança ter a noção de conservação dos objetos para poder aprender os princípios de soma e subtração. A criança possui uma perspectiva de mundo particular e uma lógica específica para explorá-lo e manipulá-lo. Essa lógica vai se alterando a medida que ela se depara com eventos que não podem ser absorvidos pelo seu sistema interno, este vai se modificando lentamente e de maneira gradual.

5 – O papel do ambiente. O ambiente no qual a criança faz parte influencia o ritmo do aprendizado das sequências de aprendizado dela. A criança precisa de um ambiente rico em estímulos e instigante para que ela possa desenvolver seu pensamento. Assim como o corpo necessita do alimento para seu desenvolvimento, o ambiente necessita de variados estímulos para o desenvolvimento e alimento do pensamento da criança.

Esse modelo teórico é entendido como interacionista, pois considera que ambiente e biologia processam trocas contínuas para o desenvolvimento harmonioso da criança, sendo esse sujeito um ser ativo que constrói suas estruturas cognitivas ao longo das etapas desenvolvimentais e na relação com o objeto do conhecimento.

O homem nasce dotado de estruturas biológicas e herda uma maneira de interagir com o ambiente que o leva à construção de um conjunto de significados. Essa interação com o ambiente permitirá a organização desses significados em estruturas cognitivas. Durante a vida serão vários modos de organização dos significados que correspondem aos diferentes estágios de desenvolvimento, onde cada estágio possui um tipo de estrutura cognitiva que permitirá a interação com o meio.

No decorrer desse processo, a cada situação cognitiva desconhecida haverá um movimento do sujeito de adaptar o novo conhecimento em seu repertório de conhecimentos. Esse processo interativo se dá na busca constante do equilíbrio do indivíduo ao seu meio. Ou seja, o ser humano vai construindo estruturas lógicas mentais para sentirem-se equilibrados com relação ao mundo.

Quando em desequilíbrio, o organismo busca retornar ao estado de equilíbrio original. Esse processo ocorre por meio de sistemas de adaptação. Ele se adapta ao meio para continuar vivo e o meio acaba sendo adaptado às necessidades do indivíduo.

Essa **adaptação** envolverá dois processos numa relação indissociável que são: a **assimilação** que incorpora os novos dados da experiência do indivíduo aos seus **esquemas** (ou estruturas) cognitivos já existentes e a **acomodação** deste organismo a esses novos elementos incorporados que permitirá a modificação desses esquemas cognitivos (o modo de agir construído pelo sujeito).

Dessa forma, para Piaget, o organismo é percebido como ser ativo e em busca da equilibração e adaptação ao meio através dos processos de assimilação e acomodação que vão construindo novos esquemas cognitivos.

Essas estruturas cognitivas são dinâmicas e operadas conforme certas características de períodos do desenvolvimento da cognição humana. Esses períodos ou estágios possuem características específicas que correspondem a critérios bem definidos.

Piaget organizou esses períodos do desenvolvimento cognitivo da seguinte forma:

Período sensório motor. Desde o nascimento até os 2 anos de idade. Através da percepção e dos movimentos, a criança conquista todo o universo à sua volta. No início, quase todos os esquemas são reflexos básicos, com ações como olhar, tocar, pegar e sugar. Mas, já com aproximadamente um mês, o bebê superou estes reflexos inatos e já aborda as pessoas e os objetos de uma maneira nova.

O desenvolvimento físico acelerado é o suporte para o aparecimento de novas habilidades como sentar-se e andar o que proporcionará um maior domínio do ambiente. A inteligência do bebê é prática com o uso da percepção e do movimento para determinar a presença do objeto, das situações e das pessoas, ela é desprovida de conceitos, representações ou linguagem.

Ao longo deste período, a criança irá diferenciar seu *eu do mundo exterior*, já que no início não havia diferenciação da permanência do objeto na ausência dela. Seus primeiros esquemas mentais começam a ser construídos, como: a intencionalidade das ações, a mobilidade e coordenação dos esquemas mentais, a construção da permanência do objeto e a distinção entre sujeito e objeto.

Com a chegada da linguagem por volta dos dezoito meses, o modo de operar o pensamento da criança é totalmente alterado já que passa a utilizar do signo e seu referente, sendo assim, ela adquire a capacidade de representar o objeto mentalmente na ausência dele. Também, no final desse período, a criança é capaz de usar um instrumento como meio para atingir um objeto.

Período pré-operatório. Dos 2 aos 7 anos. Neste período surge a função da linguagem na criança que modifica intensamente seus processos cognitivos, sociais e afetivos já que ela apresenta o domínio da representação simbólica. Com a palavra há a possibilidade de exteriorização da vida interior e de corrigir ações futuras se antecipando a ele. O predomínio da inteligência prática do período anterior passa a ser agora da inteligência simbólica. Como Piaget (2007, p.20-21) afirmou:

A passagem das condutas sensoriomotoras para as ações conceitualizadas deve-se não apenas à vida social, mas também aos progressos da inteligência pré-verbal em seu conjunto e à interiorização da imitação em representações (...) a passagem da ação ao pensamento ou do esquema sensoriomotor ao conceito não se realiza sob a forma de uma revolução brusca, mas, pelo contrário, sob a forma de uma diferenciação lenta e laboriosa, ligada às transformações da assimilação

A criança agora explica o mundo de modo distorcido a partir de seu repertório de aprendizagens e vivências e ainda não há proposições lógicas que façam sentido o tempo todo. O mundo é conforme seu modo de ver que é restrito à suas experiências, então não sabe pensar a generalidade, estando encerrada em um mundo de particularidades. Muito de seu repertório verbal é usado de forma imitativa, pois ela ainda não tem o domínio do significado das palavras, ela apresenta dificuldade de reconhecer a ordem em que mais de dois eventos ocorrem e não possui ainda o conceito de número. Seu pensamento vai de um objeto ao outro sem preocupação em elaborar correlações. O pensamento é dominado por imagens e representações mentais.

Com maior domínio do mundo, aumenta significativamente seu interesse pelas diferentes atividades e interações com o meio, surgindo assim uma escala de valores

própria da criança, assim ela passa a avaliar suas próprias ações a partir desta escala. Sua maturação neurofisiológica completa-se, permitindo o desenvolvimento de novas habilidades, como a coordenação motora fina.

Dois tipos de pensamentos são predominantes neste período: o pensamento egocêntrico que exclui a objetividade e que é um fato intelectual e cognitivo já que suas estruturas cognitivas ainda estão em formação e não permitem muito bem a compreensão do ponto de vista alheio e; o pensamento adaptativo que é a busca de adaptação à realidade.

Período das operações concretas. Dos 7 aos 11 ou 12 anos. Por volta dos cinco anos, a criança vai trilhando um caminho que leva do egocentrismo intelectual e social a um pensamento mais intuitivo e evidenciado que permitirá a ela construir noções mais genéricas e configurações representativas mais amplas que auxiliam na construção do real, adquirindo reversibilidade e mobilidade do pensamento e desenvolvendo comportamentos de socialização e cooperação. É o início da construção da lógica, ou seja, a capacidade de estabelecer relações coordenadas de pontos de vista diferentes, integrando-os de modo lógico e coerente.

No plano mental intelectual surge a capacidade mental de trabalhar com operações, pois ela consegue realizar uma ação física ou mental dirigida para uma finalidade e revertê-la para o seu início. Essas operações sempre se referem a objetos concretos presentes ou já experienciados. Seu pensamento já consegue estabelecer relações de *causa e efeito* e *meio e fim*, seqüenciar idéias e eventos e formar conceito de números. Ocorre o aparecimento da vontade como qualidade superior e maior autonomia em relação ao adulto, passando a organizar seus próprios valores morais.

Surgem os primeiros esquemas conceituais e ocorre a conquista definitiva de tempo e causalidade. O pensamento infantil neste período é quase igual ao adulto, a diferença é que neste período ela ainda necessita do referencial concreto para construir seu conhecimento.

Período das operações formais. Dos 11 ou 12 anos em diante. Esse período é caracterizado pela passagem do pensamento concreto para o pensamento abstrato, formal. Há operações no plano das idéias sem necessitar de referências concretas como no período anterior. O adolescente se torna capaz de lidar com conceitos como justiça e liberdade. Ele trabalha com o pensamento hipotético-dedutivo.

O adolescente vai dominando progressivamente a capacidade de abstrair, generalizar e criar teorias sobre o mundo. Vivencia essa alternância dos esquemas concretos para os esquemas conceituais abstratos até que possa encontrar o equilíbrio entre pensamento e realidade.

Neste estágio, surgem as seguintes aquisições no adolescente: operações combinatórias, proporções, noções de equilíbrio mecânico, noção de probabilidade, noção de correlação e compensações multiplicativas.

Até o momento, pode-se concluir que o modelo *piagetiano* de desenvolvimento cognitivo compreende que a criança vai construindo estruturas lógicas do pensamento ao longo de etapas constitutivas da inteligência. O desenvolvimento será fortemente influenciado pelo efeito da ação da criança sobre o meio e deste sobre ela. A criança é um ser ativo e nesse processo desenvolvimental vai realizando suas próprias escolhas e ações.

Piaget dedicou grande parte de sua vida em estudos científicos e pesquisas que visavam compreender as origens das estruturas mentais. Suas conclusões, teorias e classificações têm ajudado muitos profissionais de diversas áreas e as pessoas como um todo na compreensão da dinâmica do desenvolvimento humano.

Para Piaget, a personalidade começa a se formar no final da infância, entre 8 e 12 anos, com a organização autônoma das regras, valores e afirmação da vontade. A idade adulta não será mais marcada por nenhuma nova estrutura mental, tendo apenas o aumento gradual do desenvolvimento cognitivo em profundidade e uma maior compreensão dos problemas e das realidades significativas que o atingem, influenciando os conteúdos afetivos-emocionais do indivíduo assim como sua forma de estar no mundo.

As contribuições de Vigotski

Lev Semenovich Vigotski nasceu na Bielo-Rússia no mesmo ano que Piaget, em 1896. Faleceu prematuramente com 37 anos vítima da tuberculose que o acometera durante boa parte de sua vida.

Vigotski e Piaget nunca se encontraram, mas Vigotski teve acesso a alguns escritos de Piaget vindo a comentá-los em seus artigos. Piaget, no entanto, só conheceu sua obra 25 anos após sua morte.

Ele foi um teórico influenciado pelo *materialismo dialético* que buscou uma alternativa para o conflito entre as concepções *idealista* e *mecanicista* na Psicologia. Dessa forma Vigotski e seus colaboradores procuravam desenvolver uma teoria marxista do funcionamento intelectual humano. Foi um leitor ávido e assíduo no campo da lingüística, ciências sociais, psicologia, filosofia e das artes. Foi a partir de 1924 que teve início seu trabalho sistemático em psicologia, vindo a falecer dez anos mais tarde.

Um pressuposto básico de sua obra é que as origens das formas superiores de comportamento consciente como, pensamento, memória e atenção voluntária, devem ser achadas nas relações sociais (que são mediadas) que o homem mantém:

As funções elementares têm como característica fundamental o fato de serem total e diretamente determinada pela estimulação ambiental. No caso das funções superiores, a característica essencial é a estimulação autogerada, isto é, a criação e o uso de estímulos artificiais que se tornam a causa imediata do comportamento. (VIGOTSKI ,2008, p.33)

Assim, para Vigotski, o desenvolvimento infantil está relacionado a três aspectos: **aspecto instrumental** que refere-se a alteração e modificação do meio como um instrumento de nosso comportamento. Este aspecto refere-se à natureza mediadora das funções psicológicas complexas, já que este instrumento mediará as ações do homem para o alcance de determinados objetivos.

O **aspecto cultural** refere-se a tudo o que é produzido através do uso de signos e instrumentos. A cultura para Vigotski representa toda e qualquer idéia, produção ou significado construído pelo homem, seja pela utilização do uso de signos através da linguagem, seja pela utilização de ferramentas. É na cultura que há as condições necessárias para os elementos que constituem a dinâmica do processo de internalização, o que se define o que é da ordem do externo (interpsicológico) e o que é da ordem do interno (intrapsicológico), tendo suas relações com os signos, instrumentos e significados.

Por ser uma leitura sociogenética da constituição humana, essa abordagem assume o palco histórico-cultural como ponto de origem dessa constituição, que é um processo construído no encontro entre o sujeito e a dimensão social neste cenário histórico-cultural. Assim, o **aspecto histórico** funde-se com a cultura, pois os instrumentos que o homem usa para dominar seu ambiente e seu próprio comportamento foram criados e modificados ao longo da história social da civilização

humana. Esses instrumentos culturais foram sendo criados, recriado e aperfeiçoados ao longo da história, expandindo o poder de atuação humana e as estruturas de seu próprio pensamento, possibilitando o surgimento da linguagem escrita e aritmética, dessa maneira, o indivíduo que nasce no dia chamado hoje pode-se apropriar do conhecimento construído ao longo dos anos da história.

Vigotski (2008, p.52) evidencia a função mediadora do instrumento e do signo como formas superiores do comportamento, descrevendo suas analogias e diferenças:

A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc.) é análogo à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho.

E,

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado *externamente*; deve necessariamente levar mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado *internamente*. (p.55)

Ao construir uma rota desenvolvimental específica, o sujeito humano diferencia-se das outras espécies de animais, diversificando seus processos de funcionamento interno, complexificando seu comportamento e constituindo novas categorias psicológicas e emocionais.

Ao referir às potencialidades da criança que podem ser desenvolvidas a partir de um ensino sistemático, Vigotski cria o conceito chamado de **Zona de Desenvolvimento Proximal**. A zona de desenvolvimento proximal refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real no qual a criança costuma realizar a solução de um problema de forma independente e o nível de desenvolvimento potencial no qual a criança consegue a realização de um problema sob a orientação de um adulto ou a colaboração de companheiros, ou seja, é a capacidade dela de realizar uma tarefa com algum auxílio de *um outro* social.

Vigotski via a importância da Educação em pensar no desenvolvimento da criança de forma prospectiva e não retrospectiva como acontecia, sendo que o bom ensino que permitirá o desenvolvimento da criança será aquele que se volta para as

funções psicológicas emergentes e potenciais que serão estimuladas através do contato social da criança com professores ou colegas que já aprenderam determinado conteúdo.

Fica claro dessa forma, a característica essencialmente social que a aprendizagem possui e a necessidade de se criar ambientes favoráveis a ela. O desenvolvimento será o resultado desse processo de aprendizagem e a escola é o espaço privilegiado de nossa sociedade para que ocorra esse processo. Assim para Vigotski, desenvolvimento e aprendizagem são indissociáveis e a matéria prima para que ocorra o desenvolvimento encontra-se no mundo externo, nos instrumentos culturais construídos ao longo da história, no qual o homem do presente vai se apropriando desses instrumentos já construídos e aperfeiçoados ao longo da história.

Essa atuação do homem em seu meio promove mudanças significativas, conforme especificou Vigotski (2008, p.55):

O controle da natureza e o controle do comportamento estão mutuamente ligados, assim como a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem.

Será na perspectiva de que alunos e professores são parceiros na tarefa social do aprender e que este aluno jamais poderá ser visto como alguém que não aprende por ser possuidor de algo interno que dificulta sua aprendizagem, que Vigotski encara a escola como esse espaço privilegiado para o desenvolvimento. Para ele, aprender é estar com o outro que é mediador da cultura, sendo que qualquer dificuldade nesse processo deverá ser analisada como uma responsabilidade de todos os atores envolvidos.

Capítulo II – A Escola

“É por isso que se mandam as crianças à escola: não tanto para que aprendam alguma coisa, mas para que se habituem a estar calmas e sentadas e a cumprir escrupulosamente o que se lhes ordena, de modo que depois não pensem mesmo que têm de pôr em prática as suas ideias.” Immanuel Kant

O capítulo anterior, finalizou com a ideia de desenvolvimento de Vigotski e sua ênfase acerca da escola como sendo um local privilegiado para esse aprender, sendo professores, alunos e demais envolvidos os responsáveis pelo aprender ou não do aluno.

Para entender um pouco sobre a Escola e a concepção acerca dela em determinada época e cultura, torna-se imprescindível conhecer o contexto de sua história e de seu surgimento.

Segundo Bock (2002, p.262), antes do surgimento da escola, educar significava apenas viver a vida cotidiana do grupo social ao qual se pertencia. A criança acompanhava os adultos em suas atividades e com o passar do tempo aprendia-se a fazer igual. Não havia uma instituição especializada para as tarefas de plantio, caça, observações das estações, alterações do tempo e outras atividades cotidianas da sociedade. O meio social como um todo era o próprio contexto educativo. Os adultos ensinavam a partir de suas próprias experiências pessoais e as crianças aprendiam observando e fazendo.

Foi no período caracteriza como Idade Média que a educação tornou-se produto da escola. Algumas pessoas se especializaram na tarefa de transmitir o saber e, espaços específicos foram criados para esta finalidade. A escola, no entanto, era destinada somente às elites, servindo primeiro aos nobres e depois à burguesia. A cultura aristocrata e os conhecimentos religiosos eram o material básico a ser transmitido. Ela desenvolvia-se como uma instituição social especializada que atendia aos filhos dos que detinham o poder na sociedade.

A escola como a conhecemos hoje, teve sua criação social por volta do século 16 cujos propósitos eram democratizar o ensino, socializando os conhecimentos culturalmente construídos e acumulados. Neste período, a Idade Média já estava em declínio e o movimento sucessor dela foi o Renascimento. O Renascimento foi o período da história da Europa em que ocorreram diversas transformações nas

concepções de Homem, de Deus e de Mundo. Ele fez uma ruptura com as estruturas medievais até então presentes na época e foi marcado como uma época de descobertas do mundo e do homem, sendo um resgate dos ideais humanistas e naturalistas vivenciados na antiguidade clássica.

Movimentos como a Renascença, o Mercantilismo, o Capitalismo, o Iluminismo, o surgimento da Burguesia, o período das grandes descobertas, entre outros fenômenos, transformaram a civilização humana de modo nunca visto antes. Valores, crenças e concepções sobre o homem, sobre o conhecimento, a vida, a arte, a cultura e a educação foram revistos. Esses novos valores que começaram a imperar possibilitaram o surgimento dos contextos sociais os quais se conhece na atualidade. Com a valorização do livre pensamento, da razão e empirismo, houve espaço para o surgimento das ciências humanas e sociais.

O desenvolvimento industrial ocorrido a partir do século 19 possibilitou várias mudanças ocorridas na vida cotidiana das pessoas. Além do êxodo rural, o local de trabalho alterou-se das casas para as fábricas, transformando assim os espaços das cidades. O trabalho ingressou na esfera pública e deixou de ocupar os espaços da casa. Em decorrência disto, a família não podia mais preparar sozinha seus filhos para o trabalho e para a vida social, era preciso entregar esta tarefa a uma instituição que soubesse educar e, a escola era esta instituição especializada.

A revolução industrial também sofisticou o trabalho com a implantação de máquinas o que exigiu do trabalhador o aprendizado de novas tecnologias.

Segundo Bock (2002), a democratização da escola só foi possível com o fortalecimento e organização das classes trabalhadoras que passaram a exigir o direito de terem seus filhos na escola, ou seja, ao acesso à cultura e ao conhecimento dominante. Dessa forma, a escola universalizou-se, não ficando somente restrita à burguesia e aristocracia.

Essas modificações das estruturas sociais criaram novas demandas como a necessidade de educação e formação profissional para os indivíduos.

A transformação no cenário do trabalho solicitou novas aptidões aos trabalhadores que tinham que dar conta de serviços cada vez mais específicos. Nesse sentido, as primeiras instituições escolares surgiram com o objetivo de oferecer educação e escolaridade para aqueles que pretendiam ingressar para um mercado de trabalho emergente, decorrente da crescente industrialização européia. Esse surgimento

das escolas trouxe novos valores e crenças acerca da criança e dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. As concepções da infância foram se multiplicando de acordo com as ideologias dominantes e modificadas conforme ia surgindo novos conhecimentos.

À escola, cabia construir espaços de socialização e convívio com outras crianças e promover situações consideradas favoráveis para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças. Ela mantinha padrões rígidos disciplinares, confiando que o rigor e a ordem excessiva eram ferramentas indispensáveis para a construção do caráter humano.

Atualmente, a escola tem importância significativa exercendo um importante papel mediador entre o indivíduo e a sociedade. Ela transmite a cultura vigente e permite que a criança humanize-se, educando-a. Aos poucos, a criança vai apropriando-se dos valores e modelos transmitidos pela escola, desenvolvendo assim sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social. Como lembra Bock (2002, p.263): “Aprender esses elementos sempre foi necessário. A escola é a forma moderna de operar essa transmissão”

Os problemas da escola na atualidade

Segundo Bock (2002), muito se tem estudado acerca do papel da escola nos dias atuais, nesse sentido, vários problemas vêm sendo apontados variando as respostas de suas origens, causas e manutenção.

Para ela, alguns aspectos que as escolas na atualidade têm apresentado é que ao invés de fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, a escola tem se tornado fechada e destinada a proteger as crianças desta mesma sociedade, criando-se a ilusão de ser possível preparar o indivíduo para viver o cotidiano da sociedade estando fora dela. Assim, os conteúdos da escola vêm sendo ensinados como se não tivesse nada a ver com a realidade social. Este método vem sendo questionado, pois ao aplicar este modelo, ela reforça a passividade do homem em seu meio social, tornando este apenas como um agente reprodutor dos valores sociais, distanciando-o cada vez mais do modelo de homem como agente criativo e autêntico.

Sabe-se, também, que o destino da escola é de responsabilidade do poder público e que as disciplinas estudadas são conforme as diretrizes decididas por esses gestores bem como a administração, gestão e suas políticas são aplicadas de acordo com

os ideais e interesses dos representantes da política dominante. Nesse sentido, a escola reproduz os comportamentos, valores e ideais da sociedade, ela ensina o conteúdo que está sendo aplicado na produção da riqueza e da sobrevivência do grupo social sem muitas vezes gerar uma reflexão ou questionamento sobre o saber aprendido.

Capítulo III – A Família

“Observa o teu culto à família e cumpre teus deveres para com teu pai, tua mãe e todos os teus parentes. Educa as crianças e não precisarás castigar os homens.” Pitágoras

Com as mudanças ocorridas a partir do Renascimento e posteriormente no campo do trabalho como apresentado no capítulo anterior, Pereira (2007, p.20) verifica que a família sofreu uma transformação profunda e irreversível. Sem a igreja ou qualquer outra instituição para lhe ordenar e oferecer as diretrizes sobre como criar e educar suas crianças houve uma tendência ao isolamento em seu próprio espaço. Ela passou a valorizar mais a infância e preocupou-se mais com a qualidade da educação que deveria ofertar aos seus descendentes.

Neste período, por volta do século 16, surgiram os primeiros compêndios sobre cuidados infantis e conhecimentos pediátricos, inaugurando novas práticas parentais e modificando o modo de perceber a infância.

A evolução cultural e o acúmulo do conhecimento científico delegaram à família os cuidados básicos com a criança e, delegou à escola a tarefa de transmitir os conhecimentos até então estruturados.

Com o crescente desenvolvimento dos Estados Unidos e a concepção protestante acerca da criança pura, a infância foi entendida como um período de pureza e a criança como um ser necessitando de cuidados especiais. Esta postura gerou práticas parentais de devoção e amor às crianças com um compromisso especial com relação ao provimento de condições ideais para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem na infância. Leis começaram a ser criadas garantindo o direito à vida, a cuidados especiais e educação para as crianças da época.

Para Bock (2002, p.251), é a família quem estabelece o primeiro contato social da criança. Por seu papel fundamental, ela é chamada de célula mãe da sociedade já que é responsável por ser uma forte transmissora dos valores ideológicos da criança. Sua função social está em transmitir os valores que constituem a cultura, educando as novas gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas, tendo assim um caráter conservador e de manutenção social.

A criança, mesmo antes de nascer, vai ocupando um lugar na família e no cenário social. Ela será educada conforme os hábitos da cultura, conforme valorizados e entendidos pela sua família. Esses valores e concepções culturais percebidos pela família definirão o modo de educar a criança e atribuirá representações sociais e de condutas de acordo com o gênero da criança (menino ou menina). Assim, os pais serão os primeiros modelos de como *é ser homem* e de como *é ser mulher*, conforme os padrões de condutas para cada gênero marcados em nossa cultura. A família reproduzirá em seu interior a cultura que a criança internalizará.

A criança por outro lado, necessita dos cuidados e das ligações afetivas estabelecidas com seus criadores os quais ela não pode e não quer perder.

Para melhor entender a função social da instituição família, Bock (2002, p.248), destaca que desde a origem da humanidade ela se organizava sucessivamente da seguinte maneira:

1 – Família consanguínea. O casamento ocorre entre os irmãos carnais e colaterais no interior de um grupo;

2 – Família pulanuana. O casamento de irmãs carnais e colaterais com os maridos de cada uma das outras e os irmãos com as esposas dos irmãos. Ou seja, o grupo de homens era conjuntamente casado com o grupo de mulheres;

3 – Família sindiástica ou de casal. Casamento entre casais, mas sem a obrigação de morarem juntos. Este existe enquanto ambos desejarem;

4 – Família patriarcal. Casamento de um homem com diversas mulheres,

5 – Família monogâmica. Casamento de duas pessoas com a obrigação de coabitação exclusiva, fidelidade, controle do homem sobre a esposa e filhos, garantia de descendência por consangüinidade, dos direitos e herança dos filhos legítimos e de propriedade privada.

Dessa forma, que pode-se perceber que a organização da família foi se modificando conforme o período histórico do homem. Bock (2002) enfatiza que atualmente, ela se encontra na base material da sociedade, garantindo a manutenção da propriedade e do *status quo* das classes superiores e a reprodução da força de trabalho das classes subordinadas.

É na família que o bebê será gerado e será ela que propiciará um ambiente adequado que garantirá sua sobrevivência física, psíquica e social, sendo assim o primeiro grupo de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Nela, ocorrerão os

primeiros aprendizados de hábitos e costumes da cultura, como o aprendizado da linguagem, as normas e códigos sociais, os valores e a ética comunitária. Ela é tão importante que acaba por se tornar indispensável sua existência, ainda que não seja a família legítima, outro grupo terá que cumprir seu papel.

A família na atualidade

Conforme observado acima, a família se constitui socialmente de acordo com o espaço e período histórico no qual ela se organiza. Atualmente, percebe-se um movimento de re-orientação da família e adequação aos novos movimentos econômicos e de valores sociais os quais a sociedade está passando. São novas realidades históricas que vão produzindo novas subjetividades e singularidades.

Bock (2002) lembra que as descobertas científicas, a nova ordem econômica, os movimentos sociais em busca da igualdade, a crescente popularização dos meios de comunicação em massa alteraram profundamente as concepções e valores no núcleo familiar. A mulher que antes tinha um papel de submissão ao marido e de vida totalmente dedicada aos filhos, possui agora voz ativa e sai em busca de sua independência financeira no mundo do trabalho. Os casamentos que muitas vezes eram visto com obrigatoriedade em casos de gravidez ou relações pré-nupciais são agora de livre alternativa conforme o desejo do casal de estarem juntos.

Outro fator atual que vem modificando substancialmente o modo de *ser* da família na atualidade é o aumento considerado do número de divórcios, novos casamentos e a permanência de somente um dos pais para criarem os filhos. Estas configurações mais recentes da família trouxeram novos significados e novas relações na dinâmica familiar interna.

Apesar de cada família optar por escolher uma conduta valorativo de princípios comportamentais para a criação de seus filhos e de sua sobrevivência na sociedade, poder-se-ia citar vários outros aspectos da complexidade e da riqueza dos processos sociais e psicológicos que se processam na família, assim como as muitas semelhanças e diferença que vão ocorrendo em suas dinâmicas internas.

Capítulo IV – A religião

... o pensamento analítico e crítico no Ocidente têm evidenciado que a religião, com frequência implica a projeção no sagrado, de elementos da vida mundana. Ela representa, muitas vezes, antropomorfização e se oferece como instrumento de alienação, controle social e dominação. Paulo Dalgalarrodo

A palavra *Religião* vem do latim e pode ser entendida como religar. A religião se propõe a ser um vínculo entre o mundo profano e o mundo sagrado, ou seja, entre a natureza e as divindades que habitam a natureza ou, um lugar separado da natureza.

Pode-se considerar a religião como a atividade cultural mais antiga que existe em todas as culturas. As pessoas descobrem-se como humanos com a experiência da consciência das coisas, dos outros e delas mesmas. A consciência humana que o diferencia de outros seres da natureza, a aquisição da linguagem que dá significado às coisas e seu trabalho de transformação da realidade tiveram como causa primordial dessa consciência o surgimento da religiosidade.

A percepção da realidade exterior; da natureza como algo que independe da ação humana; de uma ordem externa das coisas; de coisas que podem ser apossadas e de outras que se deve fugir por serem destrutivas, conduziu a crenças em poderes superiores ao humano e à busca de meios para se comunicar com esses poderes.

Com essa consciência, surge também a descoberta da morte, do tempo, da experiência do tempo, da atividade do trabalho, do sentimento de identidade pessoal, do estabelecimento de relações com o ausente. Essa consciência do tempo como presente que está situado entre duas ausências: passado e futuro e a consciência da própria identidade e da identidade do outro, levou o sujeito a conceber a permanência da identidade num tempo futuro num outro lugar e num outro mundo, onde ele irá viver após a morte. Assim, a crença em divindades e numa outra vida após a morte define o eixo da religiosidade que se expressa como sendo a experiência com o sagrado.

O sagrado é a experiência de uma força sobrenatural que habita algum ser. É a experiência simbólica da diferença entre os seres. Ele pode suscitar devoção e amor, ódio e repulsa ou respeito feito de temor. Chauí (2005, p.253) afirma que: “A religião pressupõe que, além do sentimento de diferenciação entre natural e sobrenatural, haja o sentimento da separação entre os humanos e o sagrado, mesmo que este habite nos humanos e na natureza”

A religião transmuta o espaço e qualifica o tempo, dando-lhe essa marca do sagrado. É através das narrativas sagradas, também conhecida como mitos que uma sociedade narra para si mesma o significado de toda a realidade. Assim, as histórias religiosas têm características comuns como às narrativas teogonias, ou seja, surgimento dos deuses e heróis e a cosmogonia onde narra o nascimento, a finalidade e o perecimento de todos os seres sob a ação dos deuses.

As narrativas sagradas despertam aos seus crentes sentimentos como admiração, espanto, medo, esperança, amor e ódio. A única coisa que a religião pede de seus adeptos é a fé que se baseia em confiança plena à divindade e tem como atitude básica a piedade através do respeito pelos deuses, pelos antepassados e pela tradição. Conclui-se que a religião não é saber e sim fé, sendo a *teologia* o estudo e a tentativa de transformar a religião em saber natural.

A cultura do sagrado acontece como um processo de simbolização e encantamento do mundo, ela dá significado ao espaço, ao tempo e aos seres que neles nascem, vivem e morrem.

Chauí (2005, p.263) argumenta que a religião possui um papel na sociedade que podem ser destacados com as seguintes finalidades:

- 1 – promover proteção aos seres humanos contra o medo da natureza;
- 2 – dar aos humanos um acesso à verdade do mundo, onde ele possa encontrar explicações para a origem, forma, vida e morte de todos os seres vivos, incluindo eles próprios;
- 3 – oferecer esperança da vida após a morte;
- 4 – oferecer consolo aos aflitos dando-lhes um significado para a dor física ou psíquica;
- 5 – garantir o respeito às normas, às regras e aos valores da moralidade estabelecida pela sociedade. Muitas vezes, a religião reelabora as relações sociais existentes como normas expressas da vontade de deuses ou Deus promovendo a obrigatoriedade da obediência sob pena de sanções sobrenaturais.

Assim sendo, o papel da religião na sociedade e cultura se destaca pelo seu valor de proteção, entendimento, motivação, consolo e relação com as normas e doutrinas que sustentam a religião. Seus valores e crenças poderão ser internalizados no indivíduo em um maior ou menor grau, impactando o desenvolvimento e a construção cognitiva do

sujeito, juntamente com a família, a escola e os demais agentes sociais presentes no contexto do sujeito.

Considerações Finais

Durante a análise do desenvolvimento humano, pode-se observar vários aspectos que são determinantes para a formação do sujeito humano como as influências internas que são os traços características de hereditariedade do indivíduo com suas predisposições genéticas e as influências externas que são as influências oriundas do meio sócio-ambiental no qual o indivíduo vive.

Assim, percebeu-se a necessidade de investigação e do conhecimento desses dois aspectos do desenvolvimento humano para poder criar possibilidades e condições de ambientes mais favoráveis para um desenvolvimento de qualidade do indivíduo.

Acerca das influências externas, nota-se que o processo de internalização do sujeito será qualitativamente adequado conforme as interações que o sujeito vai estabelecendo com o meio no qual ele está inserido. Meio este que é profundamente marcado pelas relações sociais, históricas e culturais e que se manifestam no encontro com *um outro* e por meio das instituições formais e informais as quais se organizam os grupos sociais.

Nesse sentido, a realidade objetiva vai sendo subjetivizada em cada sujeito à medida que ele vai se relacionando com o outro e com o meio no qual está em contato. Nessa relação, o sujeito influencia e é influenciado pelos seus grupos sociais.

As relações que contribuem para a constituição significativa de valores do indivíduo acontecem nos grupos e instituições sociais já existentes que se apresentam desde sua dimensão micro-social, como na relação pai-filho, até a relação macro social como o modo de agir do Estado, nação ou da *ordem mundial*.

Assim, para melhor compreender o sujeito em sua construção social com o outro se faz necessário conhecer os valores, crenças e concepções que compõe as instituições e os grupos nos quais o sujeito está inserido, assim como o *modus operandi* que se

forma em instituições bases da sociedade, como a *família*, a *escola*, a *religião*, o *estado* e todas outras que compõe o cotidiano do indivíduo.

Já que o indivíduo em processo de desenvolvimento é um sujeito que está sob a influência direta e indireta destes contatos sociais e, assim, mais susceptível à aprendizagem social, cognitiva e comportamental a eles delegada, ele tende a incorporar com pouca resistência ou críticas aos constructos criados em instituições como família, escola e religião, sendo estas, em grande parte influenciadora na formação de significados, crenças e valores que o sujeito obterá sobre a vida, o outro e o mundo.

A família terá o ponto de partida para o início da constituição do sujeito. Ela será a mediadora vital nos primeiros anos de vida do bebê. A qualidade no acolhimento, na vinculação, respostas, criação de significados e do afeto determinarão o início da aprendizagem e da construção da personalidade do sujeito.

A escola como fonte socializadora e espaço privilegiado para a aquisição do conhecimento e de valores da sociedade e da cultura adquiridos ao longo do tempo, terá papel impactante na continuação das concepções iniciadas no sujeito pela família. Ela, como instituição formadora de opinião, confirmará, negará ou simplesmente ampliará os conceitos, ideias, saberes e concepções iniciadas na aprendizagem com a família.

E, a religião como fonte absoluta de crenças que moralizam através do que ela considera como certo e errado e tendo como consequência no cumprimento destas regras o paraíso e o *não cumprimento* na condenação eterna do sujeito, trará um terceiro impacto para a re-significação deste sujeito frente ao que este acredita e entende como verdade para sua vida, estruturando dessa forma, seus esquemas cognitivos, suas relações afetivas, sociais e comportamentais.

No presente ensaio, iniciou-se uma breve reflexão sobre a *formação social da criança* e o impacto de instituições sociais primárias como a família, escola e a religião na construção de sua individuação e constituição psíquica, biológica, social e comportamental. Conforme relatado na introdução, este tema poderia ser explorado nas mais diversas variáveis presentes no assunto e sob diferentes aspectos e especificidades, no entanto, a presente proposta foi de dar um início a uma reflexão para um possível estudo mais aprofundado e explorado, não somente sob o ponto de vista destas três

instituições, como também de outras fontes sociais impactantes no desenvolvimento da criança, como, os *meios de comunicação em massa*, *a classe social da família*, os *cursos específicos que a criança participa*, os *grupos de atividade esportiva e recreação*, as *relações com a tecnologia* e com as *redes de contatos virtuais*, as *relações com familiares secundários*, com *os vizinhos*, a influência das *políticas do Estado*, entre outras muitas relações sociais existentes na vida do sujeito.

Referências

- BEE, Helen. **A Criança em Desenvolvimento**. São Paulo: Harper, 1984.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, Psicopatologia e Saúde Mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- LURIA, A. R. **Desenvolvimento Cognitivo: Seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 2008.
- PEREIRA, M. S. N. UNIVERSIDADE GAMA FILHO. Caderno de estudo em Psicopedagogia, **A construção do conhecimento**. Brasília: Ceteb/Gip, 2007.
- PIAGET, Jean. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores/Mec, 1975.
- PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.